



**ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**29ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção
Ambiental do Banhado Grande**

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Auditório da SEMA em Porto Alegre/RS, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande para a vigésima nona Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Mello Machado.

Estavam presentes as seguintes entidades através de seus representantes:

- **Assoc. DE Moradores do Assentamento Filhos de Sepé** – André O. da Luz (titular)
- **APN VG** – Tânia Peixoto (titular) Sandra Cardoso (suplente)
- **Comitê Gravataí** – Manoel Adam (titular)
- **Curicaca** – Alexandre Krob (titular)
- **DRH/SEMA** – Rafael Eckert (titular)
- **DUC/SEMA** – Denise Machado (titular)
- **FARSUL** – Ivo Lessa (titular)
- **FEPAM** – Claudia Wolff (titular)
- **FIERGS** – Rafael Ferreira (suplente)
- **FIERGS** – Marilene Conte (suplente)
- **FIERGS** – Tiago Pereira Neto (suplente) Alicio Bottin da Silva (titular)
- **FIERGS** – Cristiano Weber (titular)
- **FZB** – Ricardo Aranha (titular)
- **ICMBio** – Lisandro Signori (titular)
- **INCRA** – Paulo Heerdt Junior (suplente)
- **Legião da Boa Vontade** – Humberto Cassuriaga (suplente)
- **Lions Club** – Oraclides Garbini (titular)
- **Grupo Maricá** – Aurici Azevedo Rocha (titular)
- **Pref. Municipal de Gravataí** – Paulo Muller (titular)
- **UFRGS** – Fernando Meirelles (titular) Darci Campani (suplente)

Também participaram desta Assembleia, como convidados, a coordenadora de Planos de Manejo da **DUC/SEMA**, Biól. Paola Stumpf, Biol. André Osório **DUC/SEMA**.

Compareceram também os seguintes visitantes:

Willyam da Rosa **DIPLA/SEMA**, Guilherme Santiago **DIPLA/SEMA**, Martin Zang **AAFISE**, Felipe Ricardo **Assentamento Filhos de Sepé**.

- Fala anfitrião

A Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Machado, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros.

Pauta 1. Abertura e Aprovação das Atas de outubro e dezembro/2014

Denise Machado – repassa a programação da reunião, questiona se Tânia recebeu a ata e coloca as duas atas em aprovação, ninguém se manifesta: atas aprovadas.

Pauta 2. Calendário de reuniões 2015

Denise Machado – sugere a definição do calendário de 2015 e os conselheiros aprovam as seguintes datas: dois de março de dois mil e quinze, seis de abril de dois mil e quinze, primeiro de junho de dois mil e quinze, três de agosto de dois mil e quinze, cinco de outubro de 2015 e sete de dezembro de dois mil e quinze. (02/03, 06/04, 01/06, 03/08, 05/10 e 07/12). Próximo passo foi definir os locais das reuniões. **Tânia Peixoto** sugere que as reuniões sejam itinerantes uma em cada município. Foram aprovados os seguintes: **seis de abril** em Gravataí APNMG se responsabiliza em encontrar local, **primeiro de junho** no Sindicato Rural de Viamão, dia **três de agosto** na LBV em Glorinha, dia **cinco de outubro** na FARSUL em Santo Antônio da Patrulha e **sete de dezembro** no IPH/UFRGS em Porto Alegre.

Pauta 3. Processo do Plano de Manejo

Denise Machado – fala sobre o termo de referência que muitos aqui estavam envolvido neste processo desde dois mil e nove, depois a elaboração do termo de trabalho que é o documento técnico que diz como vai ser cumprido esse termo de referência e o início da elaboração do plano propriamente dito. Explica que tentou trazer o processo bem enxuto e pediu para Paola se for preciso que a corrija e se alguém também não estiver entendendo alguma coisa desse processo, por favor levante a mão e fale. Então tem a organização do processo da elaboração do plano, a informação de dados primários de

campo que vão ser coletados, a análise das informações levantadas para chegar no planejamento. A parte de organização do processo de elaboração do plano que envolve as reuniões da câmara temática por parte do Conselho que já ocorreu onde foram elaboradas perguntas que vão nortear o plano, essas perguntas é que vão ser usadas para o pessoal ir a campo respondê-las. Foram elaborados alguns termos de referência para elaboração de informações complementares e isso envolve a reunião com os grupos de coordenação entre a divisão e a FZB, procurando inserir essas perguntas norteadoras nesses termos de referência e algumas oficinas também para inserir isso na rotina de quem está lá na FZB trabalhando na execução do plano. Vai ocorrer a compilação e análise dos dados secundários ou seja aqueles dados que tem nos livros, nas coleções sobre as espécies que estão dentro da APA BG, são informações que existem de forma geral já prontas e é mais ou menos nessa fase que estamos. Eles estão levantando as informações já existentes e a gente vai fazer uma oficina junto com vários grupos para a identificação das lacunas de informação o que não tem de informação e o que precisamos buscar em campo de informação e planejar essa obtenção dos dados em campo. O que ainda falta fazer com relação a Câmara Temática de plano de manejo neste contexto é planejar a estratégia de participação com identificação de atores chave, então a gente vai usar o contexto da própria Câmara temática para planejar isso dentro do processo do plano de manejo. A obtenção de informação de base vai gerar informações do meio biótico, animais, plantas, meio-físico, sócio economia, arqueologia e da parte da gestão isso aqui é o que vai ter de informação de base para o nosso planejamento, a parte extremamente técnica. Com relação ao meio biótico vai ter levantamento de campo de plantas e animais e vai ter alguns programas mais específicos com relação ao Procervo na conservação do Cervo do Pantanal, a fauna atropelada e as áreas úmidas, avaliando o estado de conservação e caracterização dos usos todas as informações. Com relação ao meio-físico levantamento de campo de hidrologia, qualidade de água, balanço hídrico, erosão e outras questões. E a redação dos textos referente a clima, solo, recurso hídrico, relevo essa parte mais característica do ambiente. E definição das unidades de paisagem são áreas que tem características ecológicas diferentes. Com relação a sócio economia tem o enquadramento político territorial da APA, a caracterização geo histórica, a ocupação e a caracterização sócio econômica, quem vive na área da APA, qual sua condição sócio econômica e a identificação de sistemas de produção. Isso tudo vai ser identificado nesse momento. Arqueologia o levantamento de sítios arqueológicos e a gestão a caracterização da situação de gestão da APA o que temos de estrutura de gestão hoje. A partir daí vamos para a análise das informações levantadas. Nesse processo de diagnóstico costuma ser o processo mais demorado porque tem que ir para campo coletar informações. E aqui é onde começa de fato o processo de participação social que a gente quer juntar a Câmara temática para definir essas coisas que não temos definidas, de etapa em etapa como vamos chegar no produto final do plano de manejo. Então temos análise integrada daqueles dados que vão chegar para nós e precisamos definir como

um grupo que representa diversos setores da sociedade aqui o Conselho, um grupo que vai trabalhar nessa forma de participação, os objetivos e alvos de conservação. Qual é missão afinal da APA BG, temos algumas coisas na legislação que já prevê alguns objetivos. Vamos definir de forma colegiada ou da forma que se definir. A partir desses objetivos vamos fazer uma análise do cenário desses alvos de conservação, o que eu quero conservar e qual a situação ótica que desejamos para esses alvos de conservação. A partir daí faremos a análise das ameaças e oportunidades a esses alvos, o que afetam positivamente ou negativamente esses alvos, e estabelecer os desafios de gestão. O conseguimos fazer para melhorar essa situação dos alvos de conservação. Então temos alvos de conservação que tem ameaças, tem a participação social que é o quanto a sociedade valoriza esses alvos ou não. A questão da gestão e a questão da viabilidade desses alvos por si só independentes de fatores externos. Então temos desafios para cada uma dessas questões, desafios de como poder melhorar ou eliminar uma coisa que está prejudicando o alvo, a mesma questão para gestão e viabilidade também. Então lá na fase final tendo claro quais são os desafios o que queremos atacar como faremos isso a gente passa para o planejamento estratégico, ou seja, como uma visão de futura uma visão de cinco anos que é o horizonte que a legislação prevê para o plano de manejo. Então teremos aqui objetivos específicos do plano de manejo, metas e indicadores para esses cinco anos. A partir daí passaremos para o planejamento tático que são as propostas dos programas de gestão e zoneamento, o que vamos fazer e como isso vai estar no território da APA BG. E através do processo participativo estabelecer os programas e zoneamento. Então todo esse processo de participação social vamos definir junto a Câmara temática e pretendemos chamar entre uma reunião e outra. Com relação ao plano de manejo é isso. **Tiago** pergunta se na questão das análises os pontos de interrogação essa parte de hidrologia será definida na Câmara temática ou será definida pela gestão e Denise responde que será definida na Câmara temática. **Krob** – acha que os desafios de gestão estão colocados muito adiante das outras questões está muito no final, sugere que seja feito um exercício uma chuva de ideias sobre desafios de gestão para depois sim começar a finalizar a parte técnica de elaboração do diagnóstico. **Paola** – responde que esse exercício já foi feito que são as perguntas norteadoras. A chuva de ideias vem dos desafios de gestão, a própria câmara temática estabeleceu perguntas a partir dos desafios. O plano de manejo vai estar focado no eixo nas perguntas norteadoras. **Denise** – o que estamos chamando de desafios é como atacar essas ameaças que ainda não estão totalmente claras para nós elas vão precisar do diagnóstico para uma definição do que especificamente eu quero conservar Temos desafios que conhecemos hoje, podemos repassar. **Sérgio** – tem que dar uma calibrada onde é que esse colegiado aqui aprova alguma coisa. Definir como o Conselho vai acompanhar e avaliar porque a responsabilidade de decidir é do Conselho, não podemos nos perder que o grupo da instituição X se junta com aquela faz uma oficina aqui e ali e daqui a pouco a gente diz olha isso foi feito entra a SEMA a e a FZB, o Conselho não aprovou isso. Quero só dar um destaque para isso é aqui

que tem que ser aprovado. **Denise** – a Câmara temática vai trabalhar e vamos trazer para o Conselho definir. **Aurici** – fala que inclusive na última reunião na apresentação da Câmara temática apresentada pelo Tiago foram acrescentadas várias sugestões colocadas pelo Conselho. **Tiago** – a CT já se organizou para ver as demandas e preparar o Conselho para as decisões porque é um fato que muitas questões que estávamos discutindo lá eram complexas e então não conseguimos demandar por isso tivemos que marcar uma reunião extraordinária para poder trazer o conteúdo em dezembro, esse é um cuidado que vamos ter trazer o máximo de informações aqui para que o Conselho esteja preparado e sabendo no que vai votar. **Lizandro** – tem coisas técnicas aí que o Conselho só vai ser apresentado à elas não vai se manifestar nós não vamos aqui aprovar coisas técnicas, tem que cuidar para não sermos arrogantes o Conselho não se sobrepor a parte técnica. **Paulo** – se tudo ocorrer dentro da normalidade e dos dados que se trabalhar com isso tudo bem, mas já aconteceu casos em que inclusive o técnico da universidade apresentou uma área que não era banhado que ali nunca tinha existido banhado e ele estava muito enganado porque os dados secundários que ele tinha não estavam corretos, então é uma demanda que tem que ter cuidado. **Sérgio** – pego esse gancho e vejo assim é casar o conhecimento da região com as articulações das pessoas com conhecimento técnico. Nós tivemos uma apresentação do plano da Bacia do Gravataí chegou umas análises técnicas maravilhosas dos arroios. Os técnicos da empresa contratada apresentaram e a gente brincou por acaso vocês não trocaram a análise técnica desse arroio para o outro, claro que trocaram os caras nunca tinham ido lá. **Lizandro** – entendo mas isso vai demandar os caras baixar a cabeça e ler os documentos. **Denise** – destaca por isso a importância da Câmara temática. **Marilene** – sugere que o plano de manejo seja pauta fixa nas reuniões e se necessário fazer extraordinária. **Tiago** – complementa fala da Marilene em relação a discussão ele já vinha conversando com a Denise no início do ano para marcarmos a primeira reunião do ano da CT para discutir e a princípio está quase definido como dia trinta de março de dois mil e quinze, combinamos de fazer na última segunda do mês em função da reunião do plenário ser na primeira segunda do mês porque daí conseguiríamos preparar um documento para a reunião do Conselho a tempo. E nessas reuniões que tivermos as instituições que se interessem em discutir o assunto que venham participar, nós tivemos uma série de entidades inscritas e nas primeiras reuniões tivemos poucas instituições que participaram, então foi encaminhado ofício reiterando a importância da participação e mesmo assim tivemos baixa adesão daquelas que se ofereceram a discutir então esse é um ponto importante trazer porque se alguém tiver interesse mesmo que acompanhe a Câmara Técnica, que participe das reuniões. **Lizandro** – aproveita e informa que não poderá participar, se inscreveu mas tem dificuldade em acompanhar apesar de ter interesse. **Denise** – coloca em plenária se todos concordam que a questão do plano de manejo seja pauta fixa nas reuniões do Conselho e todos concordam. **Tânia** – pergunta se as reuniões da CT podem ser na SEMA em função do acesso. **Denise** – pergunta quais as instituições que estão compondo a CT.

Paola – repassa FEPAM, FZB, PREFEITURA DE VIAMÃO, SEMA, FIERGS, MARICÁ, COMITÊ GRAVATAÍ, INSTITUTO CURICACA, ICMBIO, UFRGS, QUINTA DA ESTÂNCIA, o INCRA pediu para sair apesar do interesse, ACIVI E FARSUL e Tânia complementa APNMG que entrou agora vai participar efetivamente. **Denise** – coloca para os participantes da CT definirem quanto ao local. **Tiago** – coloca que a ideia é manter na FZB para aproveitar a equipe técnica. **Ricardo** – também coloca que na FZB tem mais recursos para as reuniões mapas, colegas. **Denise** - fica mantido local de reuniões da CT na FZB e passa para a próxima pauta.

Pauta 4. Licenciamento – Denise – fala que fez um esclarecimento por e-mail, mas acha bom colocar na reunião porque às vezes um não recebe enfim. Como a lei prevê o processo de licenciamento no entorno e interior das unidades de conservação no Rio Grande do Sul, digo RS porque muito tem no Código Estadual do Meio Ambiente. Com relação ao entorno da Unidades de Conservação tem o Código Estadual do Meio Ambiente e a Resolução CONAMA 428 que fala do mesmo assunto só que como o código é mais restritivo vale a legislação estadual. O código fala que no licenciamento ambiental no entorno das unidades de conservação todas, ou seja, não diferencia a categoria de unidade de conservação são sujeitas a autorização do órgão gestor da mesma. Quando o licenciamento é fora da unidade de conservação e aponta o caso da APA BG uma área vermelha, ela (gestora) tem que emitir uma autorização. O licenciamento ambiental dentro da unidade de conservação o código não trata disso o que trata é a resolução CONAMA 428 que no seu artigo quinto diz que os licenciamentos ambientais de impacto direto na unidade de conservação, ou seja, no interior da mesma o órgão ambiental deve dar ciência ao órgão gestor das mesmas, exceto em caso de EIA/RIMA. Então o processo de licenciamento para fora da unidade de conservação eu tenho que autorizar, o que está dentro da unidade de conservação tem que dar ciência, exceto nos casos de EIA/RIMA. Falta regulamentação. Na prática todos os processos passam pela APA BG o que causa morosidade na análise dos processos de licenciamento e uma grande demanda com processos que são muitas vezes burocráticos. Então surgiu em dois mil e dez a proposta de fazer uma minuta de portaria ainda não tinha esse estudo do que pega fora e que pega dentro, antigamente a gente emitia autorização ou anuência que chamam para todos os processos, depois que foi feito um estudo surgiu essa questão de ciência e autorização. Quais são as implicações técnicas da divisão e da unidade de conservação. As APAS são unidades de conservação de uso sustentável com o propósito de compatibilizarem-se as atividades humanas por conservação da biodiversidade através do desenvolvimento sustentável no interior dos seus limites. Não possuem zona de amortecimento ou corredores ecológicos, diferente das unidades de proteção integral que tem essa previsão de amortecer os impactos para uma área núcleo. As áreas de uso sustentável não possuem isso. Então esses são os objetivos da APA que estão no decreto de criação, esses

objetivos são aplicados para dentro da unidade de conservação. Preservar os conjuntos de banhados, compatibilizar o desenvolvimento sócio econômico com a proteção dos ecossistemas naturais ali existentes, conservar solo e os recursos hídricos com a implementação de estratégias de gerenciamento em nível de Bacia, recuperar as áreas degradadas, contribuir para a otimização da vazão do Rio Gravataí, proteger a flora e fauna nativa principalmente espécie de biota raras, endêmicas, ameaçadas em perigo de extinção e proteger os locais de reprodução e desenvolvimento de fauna e flora nativas para proteger o conjunto de banhados. Então a gente ainda tem um foco de conservação nas áreas úmidas nas áreas de banhado da unidade de conservação que são as áreas que estão mais para dentro da unidade. Já nessa área de fora pega uma grande parte de área urbana e outras áreas fora da bacia, pega a Bacia do Capivari pega um pouco da Lagoa dos Barros, Bacia dos Sinos e um pedaço da Bacia do Gravataí também que estaria fora. Aquilo que não desagua nos banhados, tudo aquilo que desagua para os banhados estaria dentro da APA. Estávamos trabalhando na proposta de duas portarias foi quando nós verificamos essa questão da ciência e da autorização. Então para dentro da APA além dessa portaria estávamos trabalhando com alguma demanda de processos que é muito grande que termina também sendo processos burocráticos que são empreendimentos de baixo potencial poluidor que são cabeleireiro, academia. E empreendimentos de atividade de impacto local em área urbana, empreendimentos de atividades em distrito industrial licenciado, às vezes tinha distrito industrial que tinha sido licenciado já e dentro desse distrito industrial cada indústria que iria se instalar nós tínhamos que nos manifestar também no processo de licenciamento. Muitas vezes ainda pedem LP e LO, isso é uma demanda absurda perdemos tempo fazendo isso e não fizemos a gestão da unidade de conservação. Sobre as portarias então a gente vem trabalhando de o ano dois mil e dez e em dois mil e quatorze com a ação civil pública foram criadas as câmaras temáticas para discutir isso, que é composta por prefeituras, FIERGS e APNVG. **Marilene** – acha importante o que a Denise relatou porque o território da APA é grande, são quatorze municípios no entorno. O gestor da trabalha mais para fora da APA do que para dentro da APA. Setenta por cento do trabalho da Denise é para fora da APA. Nós fizemos duas reuniões em janeiro de dois mil e quinze onde participaram as quatro prefeituras, Viamão, Santo Antonio da Patrulha, Glorinha e Gravataí na primeira reunião também participou a SEMA, a FIERGS, a APNVG. Depois fizemos uma segunda reunião onde chegamos a conclusão do que é importante para os municípios fora da APA que então devem sim passar pelo conselho, são todos os empreendimentos com EIA-RIMA. Será apresentado pelos quatro municípios uma minuta para uma forma da gestora da APA poder dar mais atenção a esses municípios. E todos os empreendimentos que estão com olhar diferenciado com o acordo judicial que teve agora. Levando isso em consideração é mais uma razão para a gente liberar o gestor da APA para trabalhar mais dentro da APA. Acho importante agora ver quem leu a minuta, se quer colocar alguma coisa, os considerandos. **Denise** – salienta que a portaria para dentro ainda está em autorização.

Marilene – primeiro nós colocamos tudo que estava permitido mas depois vimos que ficaria mais fácil colocar as exceções. A portaria que está para sair usa exatamente os mesmos termos da ação civil pública. Os conselheiros discutem o que vai passar pela ciência da APA e o que vai passar pela ciência do Refúgio.

Sérgio – Temos que limpar essas arestas das legislações que foram construídas por pessoas de boa vontade. Boa vontade porque uns estavam tentando só ganhar dinheiro e outros estavam tentando salvar o mundo. Agora sim os dois interesses se juntaram então podemos ver como fazer para dar uma limpada. Eu acho que essa proposta está enxuta está legal e temos que fazer ela rodar. Daqui a seis meses a gente ver que tem que mudar alguma coisa se muda. **Krob** – diz que entende perfeitamente que há um exagero na questão da demanda para a gestão da APA. Mas fala que deve haver um cuidado e sugere que se tenha um parecer jurídico porque uma autorização prévia pode ser inconstitucional. Pergunta se tem esses parecer jurídico e **Denise** - responde que sim. Explica que o jurídico disse que uma situação que não se poderia fugir a prefeitura tem que enviar uma relação do que foi licenciado naquele território para que possamos conferir, fiscalizar enfim. **Krob** – fala que deveria constar que essa portaria terá valor até a elaboração do plano de manejo, assim que o plano estiver pronto ele é que vai regerar. **Denise** – fala que essa portaria é para as coisas que estão fora da APA. **Martin** – pede atenção específica para o território com sobreposição Refúgio. Os conselheiros sugerem que seja votado isso. **Denise** – coloca em votação a publicação da portaria sobre a autorização prévia para empreendimentos dos municípios fora da APA BG. Quatorze a favor, zero contra, duas abstenções: Aprovada. **Denise** – nada mais havendo passa para assuntos gerais.

Pauta 5. Assuntos Gerais:

Denise – fala sobre questionamento da APNVG sobre a duplicação da BR 290, fala que isso foi durante sua licença mas também se assustou pediu informações a CONCEPA e eles pediram um prazo para verificar o processo e nos responder porque eles tem vários processos junto a FEPAM. Eu não sei se alguém antes de mim deu essa autorização mas acho que não. **Tânia** – falou com uma pessoa que trabalha na empresa que está fazendo a obra e descobriu que a CONCEPA vai concluir até Gravataí e em seguida já vai iniciar a outra que vai atravessar totalmente a área da APA BG. Então por isso nos adiantamos para ver o que está previsto, nem aqueles buraquinhos de vinte centímetros que tinha antes, agora tem mais. Vai ser mureta, não tem como um animal passar por ali. APNVG há tempos vem falando sobre isso e nada, não existe nada. Continuamos vendo diversos animais destroçados ali, é um crime. Fora os riscos que os motoristas correm na tentativa de frear para evitar atropelamento. Os técnicos não tem noção do que estão fazendo na real, dando licenciamento para uma empresa fazer o que está fazendo, não sei em que planeta eles estão. **Cláudia Wolf** ano passado foi levantado esse

problema se tinha ou não tinha licença e então eu perguntei aos meus colegas que me responderam que a Freeway tinha sido licenciada e tinha anuência mas há muito tempo atrás. O que está sendo feito agora foi previsto há muito tempo atrás até tentei verificar, mas CONCEPA são muitas obras então eu mesma não sabia qual era. Foi mais uma pergunta informal, mas o que me disseram é que naquele trecho não estava previsto isso, mas explica que não chegou a olhar o processo. **Paulo** – fala que o Banhado Grande é um dos banhados que fazem parte, o rio Gravataí é um rio com banhado em todo seu curso quando ele se encontra ali no Guaíba, tu vê vários tipos de animais graxaim, mão pelada...animais com filhotinhos atrás atravessando. Então tem que ver mesmo que fosse numa área urbana, um cachorro vai atravessar aquilo ali, um gato, uma pessoa, ela da de cara com aquilo ali não sabe o que fazer, o desespero do animal é tão grande que vocês não podem imaginar. Acha que o livre acesso é para todos os seres, não só para quem tem carro é mobilidade. **Krob** – que a gente saiba essas licenças não são permanentes essas licenças precisam ser renovadas e quando renovadas elas devem se adaptarem ao contexto. Acha que seria conveniente que vocês fossem mais diretamente ao ponto e saber se esse processo vai ter uma resposta ao que foi demandado ou se vai ser embargada a obra até que respondam. **Rafael Eckert** – acha que os pareceres devem ser revistos e trazidos ao Conselho. Na opinião dele é para ontem a questão dos corredores. Sugere que se notifique a CONCEPA. **Denise** – fala que vai notificar a CONCEPA para apresentar a licença e encaminhar o assunto para o Conselho discutir na próxima reunião. Também fala sobre a 118 e que já foi tudo resolvido. Próximo assunto é a linha de transmissão. Denise faz a apresentação do traçado previsto de Palmares até Capivari e a ideia deles é passar pelo meio do banhado. É uma linha de transmissão que liga o parque eólico lá em Palmares até Viamão. O laudo geológico aponta que pode trazer problemas de erosão no momento de implantação com o trânsito de caminhões. Inclusive essa linha de transmissão que fica embaixo também vamos tomar uma atitude em relação a ela porque não autorizamos a supressão vegetal e no momento que eles estão fazendo o aterramento das torres eles estão fazendo supressão vegetal e está havendo muitos problemas de atropelamento de fauna lá embaixo por questões de aterramento elétrico e de terra. **Ricardo** – fala que não analisaram tecnicamente, mas comenta o que foi sugerido por uma colega: Por que não utilizam a mesma? **Denise** - Antes desse processo passar aqui pelo conselho veio um pedido de avaliação se estava ou não nos 10km, olhei e vi que tinha outra linha passando ali embaixo, então eles que conversassem e compartilhassem a linha. Eles não podem compartilhar a linha mas a torre sim. E o processo foi, andou não nos responderam nada e agora eles vieram com urgência para agilizar o processo e eu respondi que não que já conversamos sobre o compartilhamento da linha Eles fizeram essa linha com suporte para uma capacidade um pouco maior que seria viável esse compartilhamento. Mas eles alegaram que por problemas de cronograma uma obra estava mais avançada que a outra eles não conseguiriam fazer esse compartilhamento. Eles tem a ideia de fazer com capacidade maior para outros parques eólicos

que eles planejam na região e pretendem ampliar o que já existe também. E o nosso posicionamento é pedir uma alternativa que passem por outro local e não pelas áreas de banhado como eles estão propondo. A ideia deles é que o processo não passe pela FUNAI porque vai demorar mais e nós dissemos que uma coisa é o impacto ambiental e quanto a população indígena é outra questão. Essa outra alternativa que queremos pedir é priorizando o uso da mesma rede e até que o processo tivesse EIA-RIMA também. **Rafael Eckert** – pergunta se não aceitarmos o que acontece? **Denise** - responde que o processo não segue, e cita o impacto da reserva de Gravataí. **Krob** – fala enquanto PROCERVO, situação em que o Instituto Curicaca que coordena foi consultado pelo Refúgio como processo sobre esse licenciamento e recebemos alguns documentos e nos manifestamos colocando que é muito ruim esse processo de licenciamento. O que acontece nessas duas linhas de transmissão elas são licenciadas de forma independentes de gerador, o que não deveria acontecer, deveria ser licenciadas simultaneamente. Os eólicos são licenciados por RAS o que agilizava o licenciamento, e agora estão tentando fazer voltar o EIA-RIMA porque o impacto do empreendimento é grande. Então acho que a possibilidade de nós já negarmos seria interessante já avaliar, mas de qualquer maneira nós nos posicionamos que a condição como está sendo feito esse licenciamento é completamente inadequado por diversos fatores e sugerimos EIA-RIMA. Se vocês quiserem podemos passar para o conselho o nosso parecer que foi dado para o Refúgio. **Tiago** – acha uma boa esse parecer passar pelo conselho. Sugere pedir uma apresentação do empreendedor ou alguém da FEPAM para falar sobre o processo em fase de LP. Na LP deve ser informado o traçado, não a localização das torres, porque com o traçado já se pode ter ideia do impacto. **Claudia** – ou não autorizar conforme a localização, ali é prioritário preservação. **Paulo** – diz que o conselho precisa das informações para se manifestar. **Tânia** – diz que tem que trazer mais informações para o conselho. A questão é essa linha passar na área mais frágil da região, em um estudo vai ficar claro que esse traçado é inviável. **Denise** – sugere duas formas de encaminhar isso, ou EIA-RIMA com alternativas locais ou o empreendedor apresentar a questão na próxima reunião do conselho. O Conselho quer os dois, EIA-RIMA e apresentação do empreendedor na próxima reunião. **Campani** – acha que trazer um documento ruim nós vamos perder tempo. O nosso posicionamento tem que ser esse o EIA-RIMA, acredita que só pedir alternativas locais não resolveria, ele vai dar três alternativas essa, essa e termina ele escolhendo a melhor para eles como já vimos em outros casos. Descartaria a apresentação na próxima reunião porque assistir uma coisa mal feita não queremos. Discorda um pouco da Tânia porque acha que estamos diante de uma política maior para o estado e o país. Eu encaminharia um ofício ao CONSEMA relatando o que está acontecendo, pautando a reunião do CONSEMA, entendendo que isso é uma grande discussão. Porque não sabemos como o é que o Sistema Nacional de Energia está pensando em produzir e transmitir energia. **Tânia** – gostaria de esclarecer que em nenhum momento nem pessoalmente, nem como APN discordamos da possibilidade de apoiar geração de energia alternativas, ainda

mais nesse momento que nós estamos vendo esses problemas que estão ocorrendo em relação as hidrelétricas, mas temos que pensar que quando se vai construir um parque eólico como será transmitido isso e de que forma isso pode afetar seriamente o meio ambiente. A nossa preocupação é essa é a APA BG. Não perdemos a visão global nunca mas agora temos que ver esse problema local agora, como vamos encaminhá-lo. **Krob** – Gostaria de deixar claro em ata que o conselho está fortemente preocupado com o impacto que o empreendimento pode causar dentro da APA BG e que não nos sentimos à vontade de permitir esse empreendimento nesse momento. Precisamos de uma série de informações e talvez o EIA-RIMA seja a melhor solução para que fique claramente exposta a nossa preocupação. **Cláudia** – concorda com a colocação do Campani e sugere também que mais adiante o pessoal da FEPAM que faz licenciamento nessa área venha falar sobre isso. É um parque eólico mas aquela energia tem que ir para algum lugar. Tem que pensar já que é feito EIA-RIMA com parque eólico tem que pensar também em caso de linha de transmissão. No meu setor que é parte de irrigação a gente tem brigas com o pessoal que vai licenciar barragem para onde vai essa água e o pessoal responde que isso vem depois primeiro vão licenciar os canais. É interessante conversar bem antes, já deixar previsto onde vai passar essa energia. A muito tempo atrás já ouvi falar que iria ter essa subestação em Viamão e que iria vim energia de alta tensão para lá e já era para ter vindo antes da Copa, mas até agora não veio. Mas o projeto existe a muito tempo então certamente quando surgiram os parques eólicos já sabiam que iriam mandar energia para lá, só que o órgão ambiental nunca sabe disso. **Cristiano** – fala que são empreendedores diferentes. O próprio processo de licenciamento impede essa análise conjunta dentro do licenciamento. Acha temerário se manifestar sem ver os documentos. Tem que comunicar as falhas do órgão licenciador também. O primeiro passo é conhecer o processo de licenciamento. Como o conselho vai pedir EIA-RIMA? Qual a base legal? **Lizandro** – pergunta ao colega do CURICACA em que momento que o RAS (relatório ambiental simplificado) saiu de cena? Porque teve um período em que houve um vácuo na legislação e que se aproveitou para colocar relatório ambiental simplificado e saiu agora justamente porque não estava atendendo minimamente a legislação ambiental eu concordo com o colega ali é olhar a legislação. Tem certeza que o critério é esse? **Cristiano** – diz que sim com relação a linha de transmissão é esse o critério. Lembra que EIA-RIMA implica tempo para elaborar. Está fazendo uma reflexão do papel do Conselho. Os conselheiros discutem a possibilidade do gestor pedir EIA-RIMA. **Denise** – fica de verificar a possibilidade. **Lizandro** – fala que deve-se aprofundar um pouco para assegurar que o empreendedor não atropela o cuidado ambiental. **Manoel** – destaca que já há uma pressão enorme dos municípios sobre os eólicos. **Paulo** – até agora estou achando que aquela linha iria atravessar o banhado do Chicolomã e depois vinha pelo outro lado do banhado, mas não é muito pior a linha de transmissão segue toda vida por dentro do banhado, dos dois lados tem banhado ela vem correndo no meio do banhado é um absurdo. O cara que fez isso sem vergonha. **Tânia** – a área do banhado é institucional, não tem que

indenizar ninguém por isso que é baratinho, uma baita sem vergonhice. **Campani** – salienta que seria importante repassar o assunto ao CONSEMA. Ele representa a UFRGS no CONSEMA também e está pautado para a próxima reunião uma discussão mais aprofundada provavelmente será montado um grupo de trabalho. O Ministério do Meio Ambiente com o CONAMA está rediscutindo a questão do licenciamento, toda estrutura do licenciamento. O básico é isso, não pode pensar que empreendedor vai ser um parque eólico e outro vai fazer a distribuição, o empreendimento é um só. Quem tem que se preocupar com produção de energia elétrica no Brasil é o Ministério da Energia. **Ricardo** – com relação ao colega que falou sobre atropelamento, atropelamento já houve pela escolha da área em cima dos banhados. Todo mundo sabe que está sendo feito o plano de manejo que se fala a quatro anos. A empresa não buscou o mínimo. EIA-RIMAS ruins existem. Temos que manifestar que o Conselho não está satisfeito com a maneira que está sendo conduzido o processo. Por que foi colocado a linha de transmissão em cima das áreas úmidas? **Paulo** – o Campani tem razão no que estava dizendo, acho que pode ser encaminhado de duas maneiras: nós aqui local e ao CONSEMA. **Tiago** – acha importante chamar para uma apresentação o empreendedor aqui no Conselho, por ser um tema relevante e um possível problema real para o futuro. Temos que parar de ver como uma má intenção, talvez quem projetou essa linha não tenha conhecimento, não chega a informação dimensional do traçado da linha, tem uma série de processos de projetos que eu participei que arquitetos não tinham conhecimento de algum processo e conversando eles de boa vontade mudavam os seus projetos se adequando ao processo. Acredita que pode ser resolvido com diálogo o empreendedor pode pegar seus engenheiros e fazer com que eles tenham um olhar diferente para a questão. Primeiro vamos ouvir o Empreendedor. **Denise** – pelo horário pede que sejam feitos os encaminhamentos. **Krob** – vamos alinhar o processo. Estamos com entendimento do risco e eu insisto que isto seja colocado na nossa manifestação, que nós não estamos concordando com qualquer anuência nessa condição e que precisamos de mais informações e que estas sejam apresentadas pelo empreendedor, pela FEPAM e assim por diante na próxima reunião, e isso deverá levar a uma decisão da necessidade de fazer um EIA-RIMA ou até mesmo de nós não concordarmos com o empreendimento e essa informação pode ser encaminhada ao CONSEMA para subsidiar uma demanda que o CONSEMA vai XXX mais rápido. Todos os conselheiros concordaram. **Denise** - Vai fazer uma minuta e encaminhar por e-mail ao Conselho para contribuições.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Denise Machado encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e Ana Paula Ribeiro lavrou a presente ata.